

## Cooperação internacional em educação militar como um instrumento de política de defesa e inserção do Brasil na América Central

Brazilian international cooperation in military education as an instrument of defense policy and insertion in Central America

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.114525>

Filipe Machado Carolino

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, Brasil

[filipemachado@live.com](mailto:filipemachado@live.com)  

Rubens de Siqueira Duarte

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, Brasil

[rubenssduarte@gmail.com](mailto:rubenssduarte@gmail.com)  

### Resumo

A cooperação internacional brasileira cresceu no início do século XXI, contribuindo para a conquista de prestígio político, expansão econômica e promoção de desenvolvimento, especialmente no seu entorno estratégico. Contudo, faltam pesquisas direcionadas para estudar como a cooperação internacional pode ser usada para incidir na articulação política com outros países no campo da defesa. Analisando a cooperação brasileira em educação militar com os países da América Central a partir de 1995, este artigo busca demonstrar como atividades de cooperação internacional são instrumentos relevantes e efetivos da política de defesa do Brasil, além de ferramentas de política externa. Para chegar a essa conclusão, foi realizada uma extensa pesquisa documental e bibliográfica, bem como entrevistas com militares centro-americanos. O presente artigo pretende, assim, expressar ao leitor a capacidade da cooperação internacional brasileira em educação militar de incidir politicamente nos países da América Central, o que pode facilitar a consecução dos objetivos elencados na Política Nacional de Defesa do Estado brasileiro.

**Palavras-chave:** Cooperação Internacional; Política Nacional de Defesa; Política Externa;

### Abstract

Brazilian cooperation has grown since the beginning of the 21st century. It contributed to the conquest of political prestige, economic expansion, and promotion of development, especially in Latin America and Africa. However, only a few studies have analyzed how international cooperation can influence political articulation with other countries, mainly in the defense area. The present analysis of Brazilian cooperation in military education with Central American countries since 1995 intends to show how international cooperation policies are relevant and efficient instruments of Brazilian defense policy, not only as foreign policy tools. This study uses documentary and bibliographic research besides interviews with Central American officers to obtain this conclusion. The article shows how Brazil uses military education cooperation to achieve its national defense objectives by influencing positively Central American military leaders.

**Keywords:** International Cooperation; National Defense Policy; Foreign Policy;

Recebido: 10 junho 2021

Aceito: 29 setembro 2021

*Conflitos de interesse: Os autores não reportaram potenciais conflitos de interesse*



## Introdução

A cooperação internacional pode ser um instrumento da política de defesa? Parte significativa da literatura acadêmica, bem como tomadores de decisão argumentam que políticas de ajuda e/ou cooperação internacional são instrumentos de política externa, ainda que o campo político da cooperação não tenha o mesmo adensamento institucional se comparado a regimes internacionais, como o de segurança internacional, comércio e meio ambiente (KEENAN, 1971; LANCASTER, 2008; CAROTHERS; GRAMONT, 2013). No caso brasileiro, o país é recipiente há, pelo menos, seis décadas, desde o surgimento das políticas de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) como são conhecidas hoje. Somente no início do século XXI que a cooperação brasileira cresceu quantitativamente e qualitativamente, o que revela uma dupla inserção do Brasil nesse campo político (MAWDSLEY, 2012; MILANI, 2017). A narrativa oficial brasileira pautava-se em princípios de solidariedade e horizontalidade, mas também ressaltava que as políticas de cooperação deveriam ser *win-win*, de modo que revertessem em ganhos para o Brasil, ainda que no longo prazo privado (MAWDSLEY, 2012; MILANI, 2018). Desse modo, as políticas de cooperação foram usadas de modo a criar um regime simbólico que denunciasses a concentração do poder decisório internacional nas mãos de potências do Norte, bem como para contribuir para a inserção internacional do país e a internacionalização do seu setor privado (PINO, 2010; MUÑOZ; CARVALHO, 2016). Cabe ressaltar, entretanto, que o comprometimento do Brasil com políticas de cooperação variou de acordo com a situação fiscal e com preferências políticas dos governos.

O debate sobre como as políticas de cooperação podem contribuir como instrumento de política externa é bastante dinâmico. Curiosamente, o mesmo não se verifica na caracterização desse tipo de política como instrumento da política de defesa do Brasil. A literatura especializada tende a abordar temas como a contribuição brasileira para missões de paz ou então políticas para a construção de um entorno regional pacífico. Em ambos os casos, a prioridade é dada para a dimensão diplomática, em detrimento do setor militar. Há espaço para pesquisas que olhem para como a cooperação internacional pode ser usada para incidir na articulação política com outros países em temas de defesa, bem como para contribuir para o prestígio do Brasil no mundo além do regime de segurança internacional. Este artigo busca contribuir para esse debate, analisando como a cooperação brasileira em educação militar com os países da América Central contribuiu para os objetivos da política de defesa, podendo, assim, ser considerado como um instrumento dessa política. Embora existisse projetos de cooperação ao longo da segunda metade do século XX, isso se torna mais claro a partir de 1995, quando o Brasil assina acordos de cooperação com diversos países da América Central. Por esse motivo, este artigo delimita sua análise temporal a partir desses marcos legais.

Para isso, este artigo é dividido em quatro seções, além desta introdução. Um primeiro momento é destinado para uma breve revisão da literatura sobre os motivos que permitem caracterizar a cooperação internacional como um instrumento de política externa, bem como os objetivos da política de defesa do Brasil. A segunda seção faz uma análise sobre as características da formulação das políticas de defesa em países centro-americanos. Baseado nas reflexões apresentadas nas seções anteriores, o artigo debruça sobre as principais atividades de cooperação do Brasil com a região desenvolvidas desde o governo Fernando Henrique Cardoso, e investiga como o país pode se beneficiar dessas políticas de cooperação. Por fim, um momento é destinado para as considerações finais. Metodologicamente, este artigo baseia-se na análise de documentos oficiais brasileiros, sejam tratados internacionais ou correspondência diplomática disponível, relatórios de militares brasileiros envolvidos na atividade de cooperação em defesa na América Central nos anos de 2015 a 2020, bem como na entrevista de seis militares de países centro-americanos. Também foi feita uma revisão da literatura sobre a cooperação internacional brasileira, de modo geral e especificamente sobre cooperação em defesa, de modo a suprir uma lacuna relevante quando se trata de estudos científicos em Relações Internacionais e Defesa que versem sobre as atividades brasileiras nos países centro-americanos.

## A cooperação como instrumento de política externa

Não existe consenso sobre a definição de ajuda e de cooperação. Conforme mencionado na introdução deste artigo, a falta de institucionalização do campo político – principalmente ao se comparar com regimes internacionais existentes – permite a existência de um grande espectro de atividades, de modelos, de interpretações e de motivações seja classificada como ajuda ou cooperação. Enquanto o Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento da Organização da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (CAD-OCDE) criou sua definição de AOD, países do Sul geopolítico esforçaram-se em usar políticas de cooperação para criar um regime simbólico que desafia as práticas e as narrativas da tradicional ajuda Norte-Sul (MILANI, 2018; TOMAZINI, 2017). Mawdsley (2012), por outro lado, sustenta que países em desenvolvimento costumam utilizar a palavra “cooperação” ao invés de “ajuda” ou “assistência”. Ratificando essa afirmação, a Assembleia Geral das Nações Unidas definiu a cooperação Sul-Sul como um esforço comum dos povos e países do Sul, nascido de experiências e afinidades compartilhadas, diferenciando-a de assistência para o desenvolvimento<sup>1</sup>. De modo geral, tanto a AOD quanto políticas de cooperação podem ser entendidas como relações entre Estados que coordenam, deliberadamente, atividades que possam resultar em benefícios de forma geral (MILNER, 1992, p. 467-468). As motivações que levam os Estados a se lançarem em políticas de ajuda e cooperação são variadas, o que leva Van der Veen (2011) usar a metáfora de um canivete suíço, para argumentar que ajuda e cooperação são uma ferramenta que pode ter diversos fins e usada nos mais variados modos. No mesmo sentido, George Kennan (1971, p. 178-179) argumenta que, por tratarem do uso de recursos públicos no exterior, essas ações devem estar alinhadas com a política externa dos Estados participantes.

O Brasil foi um dos primeiros países do Sul geopolítico que criou uma agência nacional de cooperação (MILANI, 2017). Em um primeiro momento, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) tinha como principal função coordenar a ajuda internacional recebida, o que refletia a inserção internacional do Brasil como predominantemente um recipiendário (DUARTE, 2019). A partir do início do século XXI, as políticas de cooperação brasileira se expandiram em quantidade e qualidade, tornando-se fundamentais nas relações internacionais brasileiras (DESIDERÁ NETO, 2015; RAMANZINI JR; MARIANO; ALMEIDA, 2015). As altas taxas de crescimento da economia e de atração de investimentos; a estabilidade política e institucional; a liderança na América do Sul, refletida no envolvimento com a resolução pacífica de conflitos; a aposta no multilateralismo e compromisso para reduzir as diferenças regionais e internacionais nos diversos campos do poder; e o êxito nos programas sociais de combate à pobreza como o Fome Zero e Bolsa Família favoreceram a expansão da cooperação brasileira como instrumento de política externa, especialmente junto aos países do Sul (PINO, 2010). Essa estratégia, nas palavras de Visentini (2016) multidimensional e propositiva, projetou, ainda que temporariamente, o país como um ator mais relevante no sistema internacional. O Brasil, então, utilizando-se da cooperação internacional, ao longo da primeira década do século XXI, conquistou prestígio político, desenvolvendo confiança mútua no eixo Sul-Sul e apoio às teses brasileiras nos organismos internacionais (AMORIM, 2016, p. 316); retorno econômico, demonstrado em estudos que apontam uma correlação entre o aumento da cooperação para o desenvolvimento e o crescimento das exportações brasileiras em alguns países africanos, além de contribuir para a internacionalização do setor privado brasileiro (DESIDERÁ NETO, 2015; INOUE; VAZ, 2012); e satisfação em contribuir, altruisticamente, para a promoção do desenvolvimento no mundo. Assim, observa-se que a cooperação foi utilizada como ferramenta para a inserção do Brasil no sistema internacional, particularmente junto aos países Sul, que possuem histórico e desafios comuns aos brasileiros.

A cooperação internacional brasileira, portanto, é um instrumento da política externa e, por isso, suas características, destinos e temas são construídos no âmbito doméstico para atender uma interpretação de interesses nacionais. Como afirmam Carlos Milani e Letícia Pinheiro (2013), a política externa pode ser caracterizada como uma política pública *sui generis*, pois é um serviço prestado pelo Estado à sua população no cenário internacional. Nesse sentido,

<sup>1</sup> Definição estabelecida na Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul realizada em Nairóbi, Quênia, em 2009 (ONU, 2009).

este artigo argumenta que a política brasileira de defesa se aproxima dessas características, pois, guardadas suas propriedades específicas, também é uma política estatal voltada para o plano externo, mas que tem sua formulação permeada pela dinâmica política doméstica. Não por menos, a célebre frase de Clausewitz que afirma que a guerra é a continuação da diplomacia por outros meios é lembrada até hoje. O objetivo clássico mais elementar da política de defesa é garantir a soberania de um Estado em um sistema internacional anárquico e assimétrico. Por esse motivo, a política externa e a defesa frequentemente têm objetivos coincidentes, ainda que a interpretação sobre qual tipo de inserção internacional almejada e os meios para chegar a ela possam ser diferentes, uma vez que são entendimentos que refletem o resultado temporário de uma dinâmica política fruto de negociações, barganhas, contradições, conflitos, tensões entre atores domésticos, considerando as restrições sistêmicas.

A Política Nacional de Defesa (PND) estabelece oito objetivos nacionais de defesa “os quais devem ser interpretados como as condições a serem alcançadas e mantidas permanentemente pela nação brasileira no âmbito de Defesa” (BRASIL, 2016a, p. 25). Para atingir esses objetivos, o Estado brasileiro estabelece estratégias e ações consubstanciadas na Estratégia Nacional de Defesa (END). No Brasil, esse tema ainda é muito restrito ao Estado e suas instituições, como o Ministério da Defesa e as Forças Armadas, com inserção assimétrica e informal de atores não-governamentais (LIMA *et al*, 2017). A retórica das autoridades do governo brasileiro, nos últimos anos, repisa a necessidade de se contar com uma força dissuasória e de cooperar no âmbito da defesa, em especial com países do entorno estratégico. Tal perspectiva foi compartilhada pela Presidente Dilma Rousseff,<sup>2</sup> pelo Ministro e Embaixador Celso Amorim,<sup>3</sup> pelo Ministro Joaquim Silva e Luna<sup>4</sup> e pelo Ministro Fernando Azevedo e Silva.<sup>5</sup>

O fortalecimento da capacidade de dissuasão é uma estratégia ligada diretamente ao primeiro objetivo nacional de defesa elencado na END, “garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial” (BRASIL, 2016b, p. 25). Essa estratégia “significa desenvolver, aprimorar e consolidar os fatores que conferem ao País condições para desestimular qualquer ação hostil contra sua soberania, seus interesses, anseios e aspirações” (BRASIL, 2016b, p. 63). Para Lima *et al* (2017), a dissuasão é buscada para proteger os interesses nacionais contra ingerências de atores extrarregionais, principalmente no entorno estratégico brasileiro. Já a promoção da cooperação internacional é elencada como estratégia para consecução dos objetivos VII e VIII: “contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais” e “incrementar a projeção do Brasil no concerto das Nações e sua inserção em processos decisórios internacionais” (BRASIL, 2016b, p. 25). Para estabelecer a cooperação é necessário intensificar a realização de intercâmbios e acordos na área de defesa com outros países, e a execução de operações internacionais, unilateralmente ou em arranjos plurilaterais (BRASIL, 2016a, p. 25). A cooperação visa auferir estabilidade no entorno estratégico e projetar o país internacionalmente (LIMA *et al*, 2017).

Assim como atividades de cooperação em outras áreas, os projetos no setor de defesa tornaram-se mais relevantes nas diretrizes da política externa brasileira no início do século XXI. Seguindo as diretrizes da PND, essas inserções em defesa buscaram criar uma sinergia com o movimento de política externa daquele momento, provocando uma maior cooperação com o Sul, e a priorização desta com países de menores capacidades militares que o Brasil, principalmente os da África e América Latina, sem perder a ênfase nas tradicionais parcerias com as potências do Norte e suas instituições, como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (RAMANZINI JR; MARIANO; ALMEIDA, 2015). Em geral, esses acordos têm como finalidades: promover cooperação em assuntos relacionados à pesquisa, apoio logístico, ciência e tecnologia; compartilhar conhecimentos e experiências adquiridas em operações militares e operações de paz; promover ações conjuntas de treinamento e instrução militar, exercícios militares combinados; colaborar em assuntos relacionados a equipamentos e sistemas militares; realizar intercâmbio de instrutores e estudantes de

<sup>2</sup> Discurso da Presidente Dilma Rousseff em 5 de abril de 2011 (ROUSSEFF, 2011).

<sup>3</sup> Palestra do Ministro Celso Amorim em 27 de julho de 2012 (AMORIM, 2016, p. 81-82).

<sup>4</sup> Discurso do Ministro Joaquim Silva e Luna em 9 de outubro de 2018 (LUNA, 2018).

<sup>5</sup> Discurso do Ministro Fernando Azevedo e Silva em 2 de abril de 2019 (SILVA, 2019).

instituições militares; e realizar escalas de navios de guerra, escalas aeroportuárias e visitas mútuas a entidades civis e militares do interesse da defesa.

O Ministério da Defesa considera que as atividades internacionais são um “eficiente instrumento para auxiliar na inserção afirmativa e cooperativa do país no plano global, fortalecer a confiança entre o Brasil e seus parceiros e indicar oportunidades para o País em suas relações com outros atores” (BRASIL, 2017b, p. 8). Mas, para que a cooperação alcance os objetivos nacionais de defesa, entre eles, defender-se face a ameaças externas e ampliar sua capacidade de influência internacional, é necessária uma convergência de objetivos e ações entre a Política de Defesa e a Política Externa, com unidade de ação entre os Ministérios da Defesa e das Relações Exteriores (ALSINA JR, 2009; LIMA *et al*, 2017). No que concerne a cooperação na área da educação militar, o Brasil atua tanto recebendo militares estrangeiros para realizar cursos no país, quanto enviando seus militares a outros países, seja para estudar ou para desempenharem funções de professor e instrutor (tabela 1). Nesse ínterim, destacam-se a missão de cooperação do Exército Brasileiro no Paraguai<sup>6</sup>, e a participação da Marinha do Brasil na preparação de forças navais em países africanos<sup>7</sup>.

*Tabela 1 – Intercâmbio na área de ensino militar 2001-2011*

<b>Força Singular</b>	<b>Estrangeiros no Brasil</b>	<b>Brasileiros no exterior</b>
Marinha	1526	252
Exército	1748	696
Força Aérea	506	437
<b>Total</b>	<b>3780</b>	<b>1385</b>

Fonte: dados obtidos no Livro Branco de Defesa Nacional (BRASIL, 2012).

Já no âmbito das operações ou exercícios combinados, o Brasil vem participando regularmente de treinamentos e adestramentos com países de todos os continentes (quadro 1), onde se destacam os exercícios navais de defesa do Canal do Panamá, e os exercícios aéreos com os vizinhos sul-americanos.

*Quadro 1 – Exercícios combinados em 2010-2011*

<b>Força Singular</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Países envolvidos</b>
Marinha	19	Argentina, Uruguai, Colômbia, Peru, Guiana, Porto Rico, Antígua e Barbuda, Martinica, Suriname, Paraguai, EUA, Reino Unido, Bolívia, México, França, Canadá, Turquia, Dinamarca, Venezuela, Índia, África do Sul, Chile, Equador, Namíbia, Angola, São Tomé e Príncipe, Nigéria, Gana.
Exército	1	Bahamas, Belize, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, EUA, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Paraguai, Panamá, Peru, República Dominicana e Uruguai.
Força Aérea	7	Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Portugal, Timor-Leste, Alemanha, Austrália, Bélgica, Canadá, Chile, Colômbia, Espanha, França, Holanda, Itália, Reino Unido, Argentina, Bolívia, Canadá, Chile, Colômbia, El Salvador, Equador, EUA, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela

Fonte: dados obtidos no Livro Branco de Defesa Nacional (BRASIL, 2012).

Pode-se afirmar, também, que as atividades de cooperação desempenham papel preponderante na garantia de estabilidade regional, paz e a segurança internacionais. Reuniões entre autoridades de governo ajudam a alinhar as políticas de defesa e a criação de confiança mútua por meio da transparência e diálogo; intercâmbios de instrutores e

<sup>6</sup> A Cooperação Militar Brasileira no Paraguai realiza, desde 1987, atividades de cooperação com fins científicos, culturais, tecnológicos e de aperfeiçoamento profissional (CMBP, 2018).

<sup>7</sup> O Brasil participou da criação da Marinha da Namíbia, além de contribuir no processo de evolução das Guardas-Costeiras de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe (MB, 2017).

alunos facilitam a aproximação das doutrinas de emprego do poder aéreo, naval e militar terrestre; o desenvolvimento conjunto de produtos de defesa amplia as possibilidades de estabelecimento de uma logística integrada e independente de atores externos; e a realização de exercícios combinados permitem o aumento da interoperabilidade<sup>8</sup> entre as forças militares<sup>9</sup> (CAROLINO, 2020). Tudo isso, contribui para o estabelecimento de uma zona de paz fortalecida e respeitada, que seja capaz de implementar soluções próprias para seus problemas, desenvolvendo um ambiente desfavorável para intervenções extrarregionais no entorno geopolítico brasileiro, ratificando o emprego da cooperação no âmbito da defesa como instrumento da política externa, colaborando para a consecução dos objetivos nacionais previstos na Constituição Federal e refletidos nas políticas externa e de defesa nacional.

Pelos motivos elencados, este artigo argumenta que a cooperação internacional é um instrumento não apenas da política externa, mas também da defesa. A cooperação com países parceiros, além de contribuir para a inserção internacional do país (um objetivo compartilhado pela diplomacia e pela defesa), também facilita e alimenta objetivos específicos da defesa, como incentivo à inovação, ao processo transformação das Forças Armadas, construção de capacidades integradas para defesa regional, aumento da transparência e da confiança mútua, bem como o preparo dos oficiais militares. Esses fatores reforçam a relevância do estudo do caso sobre a cooperação militar com países da América Central. Todavia, antes de debruçar mais detidamente sobre a cooperação brasileira e suas motivações, cabe um breve estudo sobre esses países e seus processos de formulação da política de defesa, que será tema da próxima seção.

### **A estrutura de defesa dos países Centro-Americanos**

O objetivo desta seção é fazer uma breve investigação das principais características da política de defesa dos países da América Central, bem como dos seus processos de formulação. Essa reflexão serve como base para analisar a capacidade de incidência política que o Brasil pode ter nesses países, por meio da cooperação em educação militar. Assim como o Brasil, todos os países centro-americanos têm um histórico de colonização por potências europeias até o início da década de 1820, com exceção de Belize que foi colônia britânica até 1981, embora ainda reconheça a monarca do Reino Unido como sua Chefe de Estado. Apesar da tentativa de construção da República Centro-Americana, que reuniria o território atualmente ocupado por Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Costa Rica, ações militares motivadas por conflitos entre as diferentes lideranças locais dissolveram a união em 1898. O Panamá, por outro lado, integrou a Grã-Colômbia, em seguida a República da Colômbia, e se emancipou politicamente em 1903. Assim, no início do século XX, o istmo centro-americano já estava fracionado e com suas fronteiras majoritariamente estabelecidas (ARRIOLA, 1995).

As ações militares ocorridas no processo de formação desses Estados não provocaram o estabelecimento de forças militares profissionais. Tampouco as lideranças civis demonstraram interesse no tema de defesa nacional. Para Elvira Cuadra (1997), o desinteresse ocorreu, pois, a percepção das ameaças pelas elites governantes provinha do nível doméstico, incidindo apenas sobre seu poder pessoal. Assim, as milícias particulares – que mais tarde foram institucionalizadas - eram um instrumento das políticas da elite econômica local e não tinham estrutura ou doutrina permanentes. A falta de percepção dos governantes locais sobre possíveis ameaças externas aos Estados do istmo resultou no papel doméstico dado ao poder militar na região. Soma-se a esse fator, a rápida ascensão norte-americana a partir do final do século XIX. A magnitude da assimetria em termos bélicos – mas também demográficos, econômicos e financeiros – criou a percepção entre os governantes que qualquer aliança centro-americana seria inócua na construção de um equilíbrio de poder na região (PION-BERLIN; TRINKUNAS, 2007). Além disso, desde sua institucionalização, as forças militares centro-americanas tiveram duas funções bem definidas: “eram encarregadas de garantir a defesa e a soberania

<sup>8</sup> Capacidade de forças militares nacionais ou aliadas operarem, efetivamente, de acordo com a estrutura de comando estabelecida, na execução de uma missão de natureza estratégica ou tática, de combate ou logística, em adestramento ou instrução (BRASIL, 2015).

<sup>9</sup> Embora não seja do escopo de análise deste trabalho, cabe ressaltar que a cooperação também pode ser um meio de fortalecer relações comerciais entre os países (DUARTE, 2019), em especial da base industrial de defesa do Brasil (LEITE; STUDART, 2018).

nacional contra os ataques estrangeiros e atividades de inimigos internos da nação” (CUADRA, 1997, p. 14, tradução nossa).<sup>10</sup>

No século XX, os países da América Latina, por sua posição geopolítica sob a área de influência dos Estados Unidos, não se envolveram diretamente com as duas guerras mundiais, bem como não havia grandes tensões entre países vizinhos. A Guerra das Cem Horas<sup>11</sup> e os conflitos internos na década de 1980 levaram a uma limitada corrida armamentista na América Central, o que conferiu maior prioridade aos debates sobre assuntos de segurança – em sentido mais amplo, incluindo defesa, segurança pública e, principalmente após a criação do Grupo de Observação das Nações Unidas na América Central, segurança internacional. Todavia, isso não foi suficiente para a inserção dos civis nos assuntos de defesa em seu sentido mais clássico, tanto pelo insulamento do processo de formulação quanto pelo desinteresse de grande parte da população. Segundo Pion-Berlin e Trinkunas (2007), para a classe dominante de El Salvador e Nicarágua, por exemplo, a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN)<sup>12</sup> e os Contras<sup>13</sup> eram uma ameaça mais imediata ao Estado do que as Forças Armadas vizinhas, sustentando seu desinteresse sobre os assuntos de defesa, pois a atuação desses grupos afetava de modo mais agudo o dia a dia dos cidadãos nos países centro-africanos. O envolvimento de líderes militares em diversos golpes de estado na América Central, e a violência ocorrida nos conflitos civis, reforçaram a percepção negativa da sociedade civil sobre os militares, muitas vezes, vistos como uma ameaça aos governos locais, o que também acarretou, na falta de interesse político e civil na defesa nacional. Resultado disso, na Costa Rica, as Forças Armadas foram abolidas em 1948, e de maneira similar, em 1989 no Panamá. Ainda durante a Guerra Fria, os governos locais empregaram suas forças militares para enfrentar as ameaças materializadas pelos grupos armados comunistas, mas, atualmente, elas são utilizadas contra o crime organizado (PARDO, 2016). Com a falta de resultados efetivos das polícias nacionais, bem como o protagonismo militar na luta contra as organizações criminosas na América Central, os líderes das forças militares estatais ganharam notoriedade, convertendo-se em protagonistas da esfera política de defesa e segurança dos países da região (FONSECA, 2018; ISACSON, 2019).

Pion-Berlin (2008, p. 8, tradução nossa) ressalta que os governos civis latino-americanos “não estão construindo instituições de defesa fortes, tampouco desenvolvendo conhecimentos na área”.<sup>14</sup> A mesma opinião tem Isacson (2019, p. 7, tradução nossa):

[...] os civis no governo, no legislativo, inclusive os meios de comunicação e grupos de especialistas, geralmente por falta de interesse ou financiamento, têm deixado um vácuo em temas como a gestão de recursos de defesa, doutrina, análise de ameaças e operações conjuntas. Os generais terminam preenchendo esse vazio, e quando chega a crise, há poucas pessoas sem uniforme com experiência para lidar com isso.<sup>15</sup>

Atualmente, verifica-se que a formulação da política de defesa dos países centro-americanos está majoritariamente sob tutela militar (quadro 2). Aguilera Peralta (2003, p. 9, tradução nossa) ressalta que durante a formulação da Política de Defesa Nacional da Guatemala, “as representações da sociedade civil demonstravam uma pluralidade de setores, mas não foram suficientemente amplas, pois muitos convidados não compareceram [aos debates], e outros se retiraram antes do fim do processo”.<sup>16</sup> A Nicarágua, desenvolveu uma estrutura em seu Ministério da Defesa

<sup>10</sup> No original: “*eran las encargadas de garantizar la defensa y la soberanía nacional contra los ataques de fuerzas extranjeras y contra las actividades de enemigos al interior de la nación*”.

<sup>11</sup> Conflito bélico entre El Salvador e Honduras, ocorrido em julho de 1969.

<sup>12</sup> Movimento guerrilheiro fundado em 1980, em El Salvador.

<sup>13</sup> Denominação de grupos insurgentes de oposição ao governo sandinista da Nicarágua.

<sup>14</sup> No original: “*Governments are not building strong defense related institutions, nor are they acquiring greater defense wisdom*”.

<sup>15</sup> No original: “*En cambio, los civiles en el gobierno, las legislaturas, incluso los medios de comunicación y los grupos de expertos, generalmente por falta de interés o financiación, han dejado un vacío en temas como la gestión de recursos de defensa, doctrina, análisis de amenazas u operaciones conjuntas. Los generales terminan llenando esos vacíos, y cuando golpea la crisis, hay pocas personas sin uniforme que tengan los antecedentes para lidiar con eso*”.

<sup>16</sup> No original: “*Las representaciones de la sociedad civil fueron representativas de una pluralidad de sectores, pero estos probablemente no fueron suficientemente amplios, ya que varios invitados no asistieron y otros se retiraron antes de que concluyera el proceso*”.

que não conta com nenhum militar, mas, de modo ambíguo, as forças militares não estão subordinadas ao ministro (GAITÁN, 2017).

*Quadro 2 – Ministros da Defesa dos países centro-americanos em 2020*

<b>País</b>	<b>Ministro da Defesa/Segurança Pública</b>	<b>Civil ou Militar</b>
Belize	John B. Saldivar	Civil
El Salvador	René Francis Merino Monroy	Militar
Guatemala	Juan Carlos Alemán Soto	Militar
Honduras	Fredy Santiago Díaz Zelaya	Militar
Nicarágua	Rosa Adelina Barahona Castro	Civil
Panamá <sup>17</sup>	Juan Manuel Pino Forero	Militar

*Fonte: dados obtidos nos sítios oficiais dos ministérios da defesa dos países citados.<sup>18</sup>*

Disso, pode-se afirmar que os militares centro-americanos têm um grau elevado de autonomia na formulação das políticas de Defesa de seus países, pois há poucos civis envolvidos, e/ou com conhecimento sobre o tema para direcionar as respectivas estratégias dos Estados para a defesa nacional (GAITÁN, 2017). O desinteresse da classe política e da sociedade civil no tema é resultado do processo histórico de formação e evolução dos próprios países, que vivem em um cenário de relativa paz, sem ameaças externas significativas, com o emprego de forças militares no combate ao crime organizado, relegando a política de defesa aos líderes do setor militar (CAROLINO, 2020).

Com isso, percebe-se que o processo de formulação da política de defesa e da condução das Forças Armadas na América Central é concentrado em poucos grupos e instituições – dado o insulamento desse processo – bem como em uma quantidade relativamente pequena de oficiais militares – considerando a escala das forças militares desses países. Não é objetivo deste artigo explorar profundamente as características do processo de formulação da política de defesa dos países centro-americanos atual ou em perspectiva histórica, tampouco o conteúdo dessas políticas. Para fins de analisar a cooperação internacional como instrumento da política de defesa brasileira, esse breve estudo sobre as principais características da política de defesa nesses países torna-se importante para consolidar o entendimento que as decisões sobre defesa estão concentradas nas mãos de um grupo restrito e pouco numeroso de pessoas. Ao desenvolver atividades de adestramento e capacitação de militares com esses países, é alta a probabilidade de que os futuros membros dos estados-maiores de seus respectivos Estados tenham contato com os oficiais e com a doutrina brasileira. Portanto, uma política de cooperação em educação militar com esses países apresenta um potencial de impacto relevante na construção da imagem do Brasil nas Forças Armadas desses países, no aumento da efetividade da diplomacia setorial militar, na construção de confiança mútua, bem como, em última instância, em facilitar a cooperação para uma região estável e pacífica.

### **Cooperação em educação militar com a América Central**

As relações entre o Brasil e os países centro-americanos no âmbito da cooperação em educação militar datam da década de 1970. Nesse período, turbulências político-sociais abalaram a região e desencadearam uma corrida armamentista, que culminou na aproximação daqueles países com o Brasil, a fim de garantir o fornecimento de armamento leve, munição, equipamento de comunicações, caminhões, veículos blindados e aeronaves fabricados pela Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), Engenheiros Especializados S.A. (Engesa) e Indústria de Material Bélico (Imbel) (ÁVILA, 2009). O treinamento de oficiais estrangeiros em academias militares brasileiras foi uma ferramenta empregada

<sup>17</sup> Ainda que tenha extinguido suas forças militares em 1989, a estrutura das forças de segurança pública absorveu os militares, e as atividades desenvolvidas, atualmente, se assemelham com algumas das realizadas pelas Forças Armadas na América Latina, incluindo as técnicas, táticas e procedimentos operacionais (DONADIO, 2016; MACIEIRA, 2018).

<sup>18</sup> Pesquisa realizada em 14 de abril de 2020.



pelo governo brasileiro para promover seus produtos de defesa. Essa estratégia pode ser confirmada nas linhas de documentos da embaixada do Brasil em Honduras:

[...] no que se refere às vantagens para o Brasil na concessão de tal tipo de bolsa, permito-me assinalar que, a longo prazo, podem os Oficiais formados no Brasil facilitar a introdução de armamentos brasileiros, especialmente armas portáteis para os corpos policiais, que aqui são parte integrante do Exército. Do mesmo modo, poder-se-á colocar, eventualmente, material de comunicações, equipamento de Engenharia e, no setor aeronáutico, Honduras pode vir a ser mercado para os aviões fabricados pela Embraer, mais especialmente, o 'Ipanema' e o 'Bandeirantes' (MRE, 1970 *apud* ÁVILA, 2011, p. 228).

A iniciativa das Forças Armadas brasileiras de oferecerem a militares hondurenhas a oportunidade de se candidatarem a cursos especializados no Brasil constitui, a rigor, um investimento a longo prazo [...], entre outras razões, por seus possíveis desdobramentos no que diz respeito a eventuais vendas de material de emprego militar (MRE, 1977 *apud* ÁVILA, 2011, p. 228-229).

Mas, ainda que existam exemplos de atividades de cooperação em educação militar nas décadas de 1970 e 1980, somente a partir de 1995 que a política externa implementada pelo governo Fernando Henrique Cardoso, combinada com uma maior estabilidade política na América Central, permitiu uma intensificação das relações brasileiras com a região. Foram assinados acordos bilaterais com El Salvador, Honduras e Guatemala, que objetivavam promover cooperação em ciência e tecnologia aplicadas à defesa, treinamento em operações de manutenção da paz e instrução militar convencional (LIMA *et al*, 2017, p. 73). Desse modo, foram estabelecidas missões permanentes de educação militar nos três países, as quais constituem até hoje, segundo o serviço diplomático brasileiro, importante ferramenta de intercâmbio e fortalecimento das relações entre os países, a partir de sua atuação junto a grande número de oficiais daquelas nações (FIUZA NETO, 2017; KRAWCTSCHUK, 2015; PINTO, 2018). Nos anos 2000, o Brasil ampliou o oferecimento de bolsas de estudos para militares centro-americanos em estabelecimentos de ensino castrense brasileiros (tabela 2). Com financiamento da ABC, El Salvador, Guatemala e Nicarágua enviaram militares ao Brasil para estudar e treinar em instituições de ensino como: o Centro de Instrução de Guerra na Selva; a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército; a Academia da Força Aérea; Academia Militar das Agulhas Negras, e a Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ABC, 2012).

Tabela 2 – Militares centro-americanos que realizaram curso no Brasil (2001-2011)

<b>País</b>	<b>Quantidade de militares</b>
Belize	2
El Salvador	13
Guatemala	37
Honduras	7
Nicarágua	3
Panamá	62

Fonte: dados obtidos no Livro Branco de Defesa Nacional (BRASIL, 2012).

As missões permanentes de instrução militar do Brasil em El Salvador, Guatemala e Honduras são as atividades de cooperação mais intensas e duradouras no âmbito da defesa entre esses países. Em El Salvador, a representação brasileira é composta por quatro militares do Exército Brasileiro (EB) e um da Força Aérea Brasileira (FAB), que dividem sua experiência na *Escuela de Comando y Estado Mayor*, *Escuela de Infantería* e *Centro de Instrucción Militar Aeronautico*. Na Guatemala, mais de sessenta militares brasileiros já trabalharam junto ao *Comando Superior de Educación del Ejército*. Em Honduras, o Exército Brasileiro mantém um oficial instrutor junto à *Escuela de Comando y Estado Mayor de las Fuerzas Armadas*.

Ainda que não tenha estabelecido missão permanente de cooperação em Defesa no Panamá, segundo o Adido de Defesa panamenho no Brasil<sup>19</sup>, em 1969, a Força Aérea daquele país foi criada com assessoria e treinamento de pessoal realizados pela Força Aérea Brasileira. Com a Nicarágua, que também não tem representação brasileira permanente, oficiais brasileiros desempenham, eventualmente, a função de instrutor nas escolas militares. Destaca-se, também, o curso de português para militares nicaraguenses, que teve início em 2013, ministrado pelo Centro Cultural Brasil-Nicarágua, uma das principais instituições de promoção da língua portuguesa em Manágua, a capital do país (MRE, 2020).

O corpo diplomático brasileiro é enfático na relevância das missões de educação militar estabelecidas na América Central. Para o Embaixador José Fiuza Neto, estas constituem “importante instrumento de intercâmbio e fortalecimento das relações entre o Brasil e El Salvador, fruto de sua excelente atuação junto ao Alto Comando da Força Armada Salvadorenha” (FIUZA NETO, 2017). O Embaixador João Luiz Pereira Pinto ressalta a continuidade do intercâmbio por mais de vinte anos na Guatemala, o que garante que “praticamente todos os oficiais superiores guatemaltecos, em algum momento de suas carreiras, sejam treinados por um brasileiro” (PINTO, 2018).

Os militares centro-americanos também consideram a cooperação em educação militar importante meio de integração e entre brasileiros e centro-americanos, além de ferramenta de evolução de suas forças militares. O Subchefe do Estado-Maior Conjunto da Força Armada Salvadorenha<sup>20</sup> afirma que a influência brasileira é notada na doutrina de operações terrestres defensivas e na doutrina logística militar, as quais seguem o que é ensinado pelos instrutores brasileiros em missão no país; nos currículos e métodos de ensino adotados nas escolas militares, em especial a realização de exercícios táticos no terreno, nos mesmos moldes dos desenvolvidos nas escolas brasileiras; e na sistematização do treinamento físico militar, desenvolvido por pessoal que realizou curso na Escola de Educação Física do Exército Brasileiro. Para o Adido de Defesa, Aéreo e Naval da Guatemala no Brasil<sup>21</sup>, a cooperação brasileira influencia a doutrina de operações terrestres, bem como a metodologia do estudo da geopolítica e estratégia em seus estabelecimentos de ensino. Para um oficial da Diretoria de Orçamento das Forças Armadas de Honduras<sup>22</sup>, a formação de militares daquele país nas escolas militares brasileiras, em especial a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e a Academia da Força Aérea (AFA), tem um efeito multiplicador de profissionalismo e comprometimento no seio da oficialidade hondurenha:

Se nós tivéssemos mais oficiais graduados nas Agulhas Negras, estou seguro de que poderíamos absorver mais rápido o grau de profissionalismo [...] se dos oitenta oficiais que se formam aqui, a cada ano, quatro viessem das Agulhas Negras, o efeito multiplicador desse profissionalismo nos ajudaria muito [...] estou convencido de que isso nos ajudaria muito, além de fortalecer os laços de cooperação<sup>23</sup>.

A percepção geral dos brasileiros que participaram de missões na América Central, é que o Brasil, e suas Forças Armadas, gozam de imenso prestígio e respeito na região, resultado, também, da cooperação em educação militar: “Em El Salvador, tive contato com militares de várias nacionalidades. Todos eles, unanimidade, destacam o EB como potência do continente americano, atrás somente dos EUA. Além do aspecto pessoal ser muito respeitado (o militar), nosso material de emprego militar é destaque no exterior [...]” (RUY, 2019).

O Brasil e o Exército Brasileiro gozam de destacado prestígio e respeito em El Salvador, sendo as principais datas festivas brasileiras recordadas pela Força Armada salvadorenha por meio de cartões de felicitações. Os assessoramentos dos militares do Exército Brasileiro são levados em conta e nossas exposições e palestras são bastante requisitadas (FERNANDES, 2019).

<sup>19</sup> Entrevista realizada com o Coronel Jeremías Guillermo Urieta Quintero em 28 de julho de 2020.

<sup>20</sup> Entrevista realizada com o General-de-Brigada Miguel Ángel Rivas Bonilla em 13 de julho de 2020.

<sup>21</sup> Entrevista realizada com o Coronel Alejandro Valentín Chang Barrios em 27 de julho 2020.

<sup>22</sup> Entrevista realizada com o Tenente-Coronel Fabrício Daniel Cárcamo Vega em 14 de julho de 2020.

<sup>23</sup> Afirmação original: “*Si nosotros tuviéramos más oficiales graduados en las Agujas Negras, estoy seguro de que pudiéramos insertar más rápido ese grado de profesionalismo [...] si de los ochenta oficiales graduados a cada año, cuatro viniéramos de Agujas Negras, estoy seguro de que el efecto multiplicador de ese profesionalismo nos ayudaría mucho [...] estoy muy convencido de que con oficiales graduados en las Agujas Negras esto nos va a ayudar muchísimo, además de fortalecer los lazos de cooperación*”.

O Exército Brasileiro (EB) e o Brasil possuem uma excelente imagem no país sede da missão, pois durante todo o tempo da missão, por inúmeras vezes escutei observações positivas de militares guatemaltecos de todos os círculos sobre o Exército Brasileiro e sua capacidade operacional, bem como a credibilidade do EB no cenário internacional, além da marcante presença dos militares brasileiros na Guatemala por mais de duas décadas de missão de cooperação (GURGEL, 2020).

O Exército Brasileiro goza de um alto conceito. Por exemplo, todos os militares hondurenhos que fizeram curso no Brasil reafirmaram essa premissa em todas as oportunidades (SOUSA, 2019).

A imagem do EB junto ao Exército da Nicarágua e no país de uma maneira geral é muito positiva. Isso devido a participação de militares Brasileiros na missão de desminagem conduzida pela OEA na Nicarágua e, também, ao trabalho e desempenho dos Oficiais em Missão de Instrutor e Missão de Alunos na Escola Superior de Estado Maior entre os anos de 2012 e 2019, totalizando 13 Oficiais (COSTA JUNIOR, 2020).

Os resultados positivos obtidos pelos instrutores brasileiros são corroborados pelas solicitações de expansão das atividades. Em 2010, após pedido da Força Armada Salvadorenha, o Brasil aumentou em 150% seu efetivo de instrutores, passando a integrar também a *Escuela de Infantería* e o *Centro de Instrucción Militar Aeronautico* (SILVA; RUY, 2019). Em 2016, o ministro da defesa guatemalteco solicitou ao seu homólogo brasileiro a ampliação da representação brasileira nas escolas militares da Guatemala, com a participação de militares da Força Aérea Brasileira e da Marinha do Brasil (MD, 2020).

Entretanto, é consenso entre representantes das Forças Armadas da região centro-americana que a cooperação brasileira é, muitas vezes, preterida pela norte-americana ou canadense, pois os custos de transporte, alimentação e hospedagem de pessoal são bancados por aqueles programas de cooperação, enquanto os acordos vigentes entre o Brasil e os países da América Central preveem que cada Estado cubra seus próprios gastos. Outro aspecto relevante é a atração que os países do Norte exercem nos centro-americanos, em todos os setores da sociedade, mesmo que as semelhanças culturais com países da América Latina sejam mais marcantes:

Para nós da América Central e México é mais fácil se relacionar com Estados Unidos e Canadá [...] o fenômeno migratório em direção ao Norte é muito forte. Brasil e Chile apresentam atrativos, mas se tornou consuetudinário buscar o Norte, principalmente depois dos conflitos internos na década de 1980. Muitas famílias estão lá [EUA e Canadá] pois a atração é muito forte. Ainda que seja mais fácil aprender o português que o inglês, talvez por desconhecer como é o Brasil, [os centro-americanos] preferem ir ao Norte<sup>24</sup> (CAROLINO, 2020).

Ainda assim, o efetivo reduzido das Forças Armadas dos países da América Central, em números absolutos, permite que a cooperação brasileira na região, focada nas escolas de mais alto nível de cada país, influencie na formação profissional das lideranças militares da região. A grande maioria dos oficiais-generais centro-americanos estudaram no Brasil ou tiveram instrutores brasileiros em algum momento de suas carreiras (quadro 3), o que reforça o argumento feito no final da seção anterior de que a cooperação brasileira em educação militar, embora não seja dispendiosa em relação a outros projetos de cooperação, tem um alto potencial capacidade de incidência política, uma vez que aproxima o Brasil e suas Forças Armadas dos oficiais militares que conduzem as políticas de defesa na América Central.

<sup>24</sup> Afirmação original do General-de-Brigada Miguel Ángel Rivas Bonilla: “*para nosotros de Centroamérica y México es más fácil relacionarse con Estados Unidos y Canadá [...] el fenómeno migratorio hacia el norte es muy fuerte. Brasil y Chile se presentan atractivos, pero se ha tornado consuetudinario buscar al norte, principalmente después de los conflictos internos en los 80. Muchas familias están allá pues la atracción es muy fuerte. Aún que sea más fácil a un aprender el portugués que el inglés, quizás por el desconocido, se busca al norte*”.

*Quadro 3 – Autoridades de estrutura de defesa dos países centro-americanos e suas experiências com a cooperação brasileira em educação militar*

País	Cargo	Experiências com a cooperação brasileira	
		Cursos no Brasil	Aluno de brasileiro em missão no país de origem
El Salvador	Ministro da Defesa	Não	Sim
El Salvador	Chefe do Estado-Maior Conjunto	Não	Sim
El Salvador	Subchefe do Estado-Maior Conjunto	Não	Sim
Guatemala	Ministro da Defesa	Sim	Sim
Guatemala	Chefe do Estado-Maior de Defesa	Não	Sim
Honduras	Ministro da Defesa	Não	Não
Honduras	Chefe do Estado-Maior Conjunto	Não	Sim
Panamá	Diretor do Serviço Nacional Aeronaval	Sim	Não

Fonte: dados obtidos nos sítios oficiais dos ministérios da defesa dos países citados.<sup>25</sup>

A cooperação em educação militar executada atualmente contribui com a estabilidade regional e com a projeção do Brasil no concerto das nações. Não à toa, estudo do próprio Ministério da Defesa sugere o incremento da cooperação com a América Central, no sentido de ajudar na capacitação das Forças Armadas locais (BRASIL, 2017a, p.15). Essa atividade proporciona melhores condições para a manutenção de um entorno regional pacífico, afastando a possibilidade de que instabilidades na região reflitam de maneira negativa no Brasil. Além disso, ao enviar à América Central pessoal preparado e comprometido com as atividades de cooperação, as Forças Armadas brasileiras alcançam prestígio, respeito, e influenciam a doutrina e valores dos militares da região.

### Considerações finais

Com base na análise do caso sobre a cooperação brasileira em educação militar nos países da América Central, este artigo buscou sustentar o argumento de que políticas de cooperação internacional são instrumentos relevantes e efetivos da política de defesa do Brasil – além de ferramentas de política externa. Voltando à imagem do canivete suíço, atividades de cooperação internacional atendem um leque variado de motivações dos Estados e, conseqüentemente, também respondem a objetivos de diversas pastas. Considerando as características dos países centro-americanos, bem como suas trajetórias históricas, o processo de formulação da política de defesa é concentrado tanto em termos institucionais quanto em quantidade de pessoas envolvidas. Com isso, são altas as chances de que oficiais militares que cheguem nos postos mais importantes desses países também tenham, em suas trajetórias, realizado parte de seu adestramento, capacitação ou estudos no Brasil ou com oficiais brasileiros enviados em missões. A cooperação internacional em educação militar, portanto, tem uma capacidade de incidência política nos países centro-americanos relevante, o que pode facilitar a busca dos objetivos de política de defesa elencados na PND e na END.

Contudo, alguns questionamentos surgidos no decurso deste ensaio não puderam ser respondidos: Quais outras modalidades de cooperação poderiam ser desenvolvidas junto aos centro-americanos com vistas à consecução dos objetivos nacionais de defesa? Quais os dividendos políticos resultantes das missões de educação militar permanentes estabelecidas desde 1995 em El Salvador e Guatemala? O valor geopolítico do canal do Panamá demanda uma maior cooperação com as forças de segurança panamenhas? As respostas a estas indagações poderiam incrementar o debate sobre como as políticas de cooperação são aptas a contribuir na política de defesa do Brasil.

A cooperação internacional em educação militar, sem dúvidas, incide na política de defesa dos países da América Central. Deve-se considerar, entretanto, que apesar do alto potencial desse instrumento de política externa e de defesa, há claros limites sistêmicos e geopolíticos que devem ser considerados. A América Central é geograficamente muito próxima dos Estados Unidos, configurando uma tradicional área de influência do *hegemon*. Não é possível, por meio de atividades

<sup>25</sup> Pesquisa realizada em 14 de abril de 2020.

de cooperação, rivalizar com a influência provocada pelo peso assimétrico dos Estados Unidos na política, na economia, na sociedade, na cultura e em assuntos militares. Entretanto, isso não nega a validade de contribuições que a cooperação brasileira pode dar na construção de uma região mais estável, bem como a inserção internacional brasileira por meio de uma imagem mais positiva nesses países.

## Referências

ABC [AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO]. **Pesquisa de Projetos**. 2012. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa>. Acesso em: 8 Jun. 2021.

ALSINA JR, João Paulo Soares. O poder militar como instrumento da política externa brasileira contemporânea. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 52, n. 2, p. 173–191, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0034-73292009000200010>. Acesso em: 10 Nov. 2020.

ARRIOLA, Arturo Taracena. Nación y República en Centroamérica (1821-1865). In: PIEL, Jean; TARACENA, Arturo (org.). **Identidades nacionales y Estado moderno en Centroamérica**. Mexico: Centro de estudios mexicanos y centroamericanos, 1995.

AVILA, Carlos Federico Domínguez. Armas brasileiras na América Central: um estudo sob a perspectiva da Política Nacional de Exportação de Material de Emprego Militar - PNEEM (1974-1991). **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 25, n. 41, p. 293–314, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-87752009000100015>. Acesso em: 8 Jun. 2021.

AVILA, Carlos Federico Domínguez. O Brasil, a política nacional de exportação de material de emprego militar - PNEEM - e o comércio internacional de armas: um estudo de caso. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 221–241, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1413-77042011000100010>. Acesso em: 8 Jun. 2021.

BRASIL. **Cenários de Defesa 2020 – 2039 – sumário executivo**. Brasília: Ministério da Defesa, 2017a.

BRASIL. **Política Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2016a.

BRASIL. **Diretriz de Defesa para a Área Internacional (DIRDAI)**. Brasília: Ministério da Defesa, 2017b.

BRASIL. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2016b.

BRASIL. **Glossário das Forças Armadas (MD35-G-01)**. 5. ed. Brasília: Ministério da Defesa, 2015.

BRASIL. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília: Ministério da Defesa, 2012.

CAROLINO, Filipe Machado. **A cooperação em defesa do Brasil com os países da América Central**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2020.

CAROTHERS, Thomas; GRAMONT, Diane. **Development aid confronts politics: the almost revolution**. Washington, DC: Carnegie Endowment For International Peace, 2013.

CELSO AMORIM. **A grande estratégia do Brasil: discursos, artigos e entrevistas da gestão no Ministério da Defesa (2011-2014)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2016.

CMPB [COOPERAÇÃO MILITAR BRASILEIRA NO PARAGUAI]. **Histórico da CMBP**. Assunção, 2018. Disponível em: <http://www.cmbp.eb.mil.br/index.php/pt/historico>. Acesso em: 8 Jun. 2021.

COSTA JUNIOR, José Moacir. **Relatório de missões no exterior nº 1211 – Nicarágua**. Brasília: Estado-Maior do Exército, 2020.

CUADRA, Elvira. Fuerzas armadas y transición política em Centroamérica. In: PODER CIVIL Y FUERZAS ARMADAS EN HONDURAS. Tegucigalpa: Centro de documentación de Honduras, 1997.

DESIDERÁ NETO, Walter Antonio. O Brasil, a América do Sul e a Cooperação Sul-Sul. In: POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA, COOPERAÇÃO SUL-SUL E NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

DONADIO, Marcela. **Atlas comparativo de la defensa em América Latina y Caribe**. 2016. Disponível em: <https://www.resdal.org/atlas-2016.html>. Acesso em: 8 Jun. 2021.

DUARTE, Rubens de Siqueira. **The Politics behind Aid and Cooperation Norms: Critical Reflections on the Normative Role of Brazil and the United Kingdom**. Lexington Books, 2019.

FERNANDES, Ion Castro Lima. **Relatório de missões no exterior nº 882 – El Salvador**. Brasília: Estado-Maior do Exército, 2019.

FIUZA NETO, José. **Relatório de gestão (setembro 2012 – novembro 2017) da Embaixada do Brasil em São Salvador**. São Salvador: Embaixada do Brasil, 2017. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7637306&disposition=inline>. Acesso em: 5 Jan. 2020.

- FONSECA, Hazel Villalobos. Fuerzas militares en centroamérica: a 30 años de la firma de los acuerdos de paz. **Relaciones Internacionales**, Heredia, Costa Rica, v. 91, n. 2, p. 1–37, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.15359/ri.91-2.1>. Acesso em: 8 Jun. 2021.
- GAITÁN, Guillermo Pacheco. Los ministerios de defensa en las Américas: el tiempo de la transformación. In: EL ANÁLISIS DE LOS MINISTERIOS. Buenos Aires: RESDAL, 2017. *E-book*.
- GURGEL, Edmilson Cavalcante. **Relatório de missões no exterior n° 1947 – Guatemala**. Brasília: Estado-Maior do Exército, 2020.
- INOUE, Cristina Yumie Aoki; VAZ, Alcides Costa. Brazil as “Southern donor”: beyond hierarchy and national interests in development cooperation? **Cambridge Review of International Affairs**, v. 25, n. 4, p. 507–534, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09557571.2012.734779>. Acesso em: 8 Jun. 2021.
- ISACSON, Adam. **¿Cómo está afectando el control civil de los militares la agitación política de América Latina?**, 2019. Disponível em: <https://www.wola.org/es/analisis/como-esta-afectando-el-control-civil-de-los-militares-la-agitacion-politica-de-america-latina>. Acesso em: 8 Jun. 2021.
- KENNAN, George F. Foreign Aid As a National Policy. **Proceedings of the Academy of Political Science**, v. 30, n. 3, p. 175, 1971. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1173296>. Acesso em: 8 Jun. 2021.
- KRAWCTSCHUK, Zenik. **Relatório de gestão do Embaixador em Tegucigalpa**. Tegucigalpa: Embaixada do Brasil, 2015. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/atividade/materia/getTexto.asp?t=169642>. Acesso em: 5 Jan. 2020.
- LANCASTER, Carol. **Foreign aid: diplomacy, development, domestic politics**. Chicago: University of Chicago Press, 2008.
- LEITE, Márcio Dantas Avelino; STUDART, Álvaro Vasconcelos. Negociação entre governos na exportação de produtos de defesa: principais óbices e uma oportunidade para a diplomacia de defesa. **Coleção Meira Mattos**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 45, p. 117-127, set./dez. 2018.
- LUNA, Joaquim Silva. **Discurso conferência de ministros de defesa das Américas**. Cancún: 2018. Disponível em: [https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/2018/pronunciamento/outubro/dircursoa\\_conferenciaa\\_dea\\_ministrosa\\_dea\\_defesaa\\_dasa\\_americas.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/2018/pronunciamento/outubro/dircursoa_conferenciaa_dea_ministrosa_dea_defesaa_dasa_americas.pdf). Acesso em: 3 Nov. 2020.
- MACIEIRA, Flávio Helmold. **Relatório de gestão da Embaixada do Brasil no Panamá**. Panamá: Embaixada do Brasil, 2018. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7761411&ts=1542210878129&disposition=inline>. Acesso em: 5 Jan. 2020.
- MAWDSLEY, Emma. **From recipients to donors : emerging powers and the changing development landscape**. London: Zed Books, 2012.
- MB [MARINHA DO BRASIL]. **O posicionamento da Marinha do Brasil nos principais assuntos de interesse naval (EMA-322)**. Brasília: Estado-Maior da Marinha, 2017.
- MD [MINISTÉRIO DA DEFESA]. **Notícias**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/noticias>. Acesso em: 15 Jul. 2020.
- MILANI, Carlos. **ABC 30 anos: história e desafios futuros**. Brasília: Agência Brasileira De Cooperação, 2017.
- MILANI, Carlos. **Solidariedade e interesse: motivações e estratégias na cooperação internacional para o desenvolvimento**. Curitiba: Appris, 2018.
- MILANI, Carlos R. S.; PINHEIRO, Leticia. Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 11–41, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-85292013000100001>. Acesso em: 12 Jun. 2020.
- MILNER, Helen. International Theories of Cooperation Among Nations: Strengths and Weaknesses. **World Politics**, v. 44, n. 3, p. 466–496, 1992. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2010546>. Acesso em: 20 Out. 2019.
- MRE [MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES]. **Nicarágua - Rede Brasil Cultural**. 2020. Disponível em: <http://redebrasilcultural.itamaraty.gov.br/nicaragua>. Acesso em: 8 Jun. 2021.
- MRE [MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES]. **Ofício confidencial**. Tegucigalpa: Embaixada do Brasil em Honduras, 1977.
- MRE [MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES]. **Ofício confidencial n° 131**. Tegucigalpa: Embaixada do Brasil em Honduras, 1970.
- MUÑOZ, Enara Echart; CARVALHO, Tássia Camila de Oliveira. A cooperação Sul-Sul brasileira com a África no campo da alimentação: uma política coerente com o desenvolvimento? **Caderno CRH**, Salvador, v. 29, n. 76, p. 33–52, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-49792016000100003>. Acesso em: 28 Feb. 2021.
- ONU. **Nairobi Outcome Document of the High-Level United Nations Conference on South-South Cooperation**. 2009. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/673444>. Acesso em: 8 Jun. 2021.

PARDO, Pablo A. Rivas. Defensa interna de los países de América Central: El empleo coercitivo de las Fuerzas Armadas contra la delincuencia. **Estudios internacionales**, Santiago, v. 48, n. 183, p. 93–117, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.cl/pdf/rei/v48n183/art04.pdf>. Acesso em: 8 Jun. 2021.

PERALTA, Gabriel. **Control Civil y Política de la Defensa en Guatemala. Una Transición Compleja**. 2003. Disponível em: <https://www.resdal.org/Archivo/d000020c.htm>. Acesso em: 8 Jun. 2021.

PINO, Bruno Ayllón. **La cooperación de Brasil: un modelo en construcción para una potencia emergente**. 2010. Disponível em: <http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/elcano.pdf>. Acesso em: 8 Jun. 2021.

PINTO, João Luiz Pereira. **Relatório de gestão da Embaixada do Brasil na Guatemala**. Guatemala: Embaixada do Brasil, 2018. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7824329&ts=1545152195795&disposition=inline>. Acesso em: 5 Jan. 2020.

PION-BERLIN, David. Unexpected Civil-Military Relations in 21st Century Latin America. **Nueva Sociedad**, n. 21, 2008.

PION-BERLIN, David; TRINKUNAS, Harold. Attention Deficits: Why Politicians Ignore Defense Policy in Latin America. **Latin American Research Review**, v. 42, n. 3, p. 76–100, 2007. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4499390>. Acesso em: 8 Jun. 2021.

RAMANZINI JUNIOR, Haroldo; MARIANO, Marcelo Passini. As diferentes dimensões da cooperação Sul-Sul na política externa brasileira. In: **POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA, COOPERAÇÃO SUL-SUL E NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

LIMA, Maria Regina Soares *et al.* **Atlas da política brasileira de defesa**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Latitude Sul, 2017.

ROUSSEFF, Dilma. **Discurso durante cerimônia de apresentação das insígnias das Ordens do Mérito da Defesa e das Forças Armadas**. Brasília: 2011. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-apresentacao-das-insignias-das-ordens-do-merito-da-defesa-e-das-forcas-armadas>. Acesso em: 3 Nov. 2020.

RUY, Eduardo Silva. **Relatório de missões no exterior nº 602 – El Salvador**. Brasília: Estado-Maior do Exército, 2019.

SILVA, Fernando Azevedo. **Discurso para Abertura da 12a LAAD**. Rio de Janeiro: 2019. Disponível em: [https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/2019/pronunciamento/abril/discurso\\_laad.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/2019/pronunciamento/abril/discurso_laad.pdf). Acesso em: 3 Nov. 2020.

SILVA, Paulo Vladimir Sousa; RUY, Eduardo Silva. Cooperación del Ejército Brasileño em la educación y adiestramiento de la Fuerza Armada de El Salvador: historia y contribuciones. **Educación militar y cultura**, San Salvador, n. 12, p. 14–21, 2019. Disponível em: <http://www.codem.mil.sv/index.php/publicaciones/revista-docente?view=category&id=4>. Acesso em: 15 Sep. 2020.

SOUSA, Milton Augusto Maciel. **Relatório de missões no exterior nº 743 - Honduras**. Brasília: Estado-Maior do Exército, 2019.

TOMAZINI, Rosana Correa. Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Cooperação Sul-Sul: uma análise comparativa de seus princípios e desafios de gestão. **Carta Internacional**, v. 12, n. 1, p. 28, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.21530/ci.v12n1.2017.632>. Acesso em: 10 Nov. 2020.

VEEN, A. Maurits van der. **Ideas, interests and foreign aid**. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2011.

VISENTINI, Paulo G Fagundes. **A relação Brasil-África: prestígio, cooperação ou negócios?** Rio De Janeiro: Alta Books Editora, 2016.

---

*Funções de colaboração exercidas*

Filipe Machado Carolino:

Conceituação; Metodologia; Administração do projeto; Visualização; Investigação; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);

Rubens de Siqueira Duarte:

Conceituação; Metodologia; Administração do projeto; Supervisão; Escrita (revisão e edição);

Informações fornecidas pelos(as) autores(as) de acordo com a [Taxonomia de Funções de Colaborador \(CRediT\)](#)